



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE AMERICANA

Aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **GERSON LACERDA PISTORI**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 01/2016, divulgado em 19/01/2016 no DEJT (Edição 1899/2016 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 04). Presentes a Juíza Titular da Vara do Trabalho Ana Paula Alvarenga Martins e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa Natalia Scassiota Neves Antoniassi. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição: Ayrton Rocha, João Henrique de Sá Santana, Luís Cláudio da Silva e Vlademir Nei Suato

Jurisdição Atendida: AMERICANA, NOVA ODESSA

Lei de Criação: 3.873/61

Data de Instalação: 10/11/1962

Data de Instalação do PJE: 05/12/2012



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA PAULA ALVARENGA MARTINS	18/08/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
09/02/2015 a 10/03/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/10/2015 a 17/11/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
07/01/2016 a 01/02/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2015 a 29/01/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALESSANDRA REGINA TREVISAN LAMBERT	25/01/2016 a 26/01/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	16/09/2015 a 18/10/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CAMILA XIMENES COIMBRA	31/08/2015 a 04/09/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA RODRIGUES PEDREUS	20/07/2015 a 24/07/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO CAMERA CAPONE	13/05/2015 a 17/05/2015
FABIO CAMERA CAPONE	23/05/2015 a 30/08/2015
FABIO CAMERA CAPONE	05/09/2015 a 15/09/2015
FABIO CAMERA CAPONE	16/10/2015 a 19/12/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO TRIFIATIS VITALE	07/01/2016 a 20/01/2016

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2015 a 29/01/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FERNANDA FRARE RIBEIRO	11/03/2015 a 05/04/2015
FERNANDA FRARE RIBEIRO	09/04/2015 a 12/04/2015
FERNANDA FRARE RIBEIRO	13/04/2015 a 17/04/2015
FERNANDA FRARE RIBEIRO	31/08/2015 a 04/09/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSE ANTONIO DOSUALDO	16/10/2015 a 18/10/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARCELA CASANOVA VIANA ARENA	27/04/2015 a 30/04/2015
MARCELA CASANOVA VIANA ARENA	17/08/2015 a 21/08/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MICHELE DO AMARAL	05/05/2015 a 12/05/2015

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
NATALIA SCASSIOTTA NEVES ANTONIASSI	07/01/2015 a 19/12/2015
NATALIA SCASSIOTTA NEVES ANTONIASSI	07/01/2016 a 01/02/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
25/03/2015 a 01/04/2015	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
04/05/2015 a 13/05/2015	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
14/05/2015 a 12/06/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/06/2015 a 14/07/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
26/06/2015 a 14/07/2015	SUSPENSAO DE FÉRIAS	SEM SUBSTITUTO
26/06/2015 a 23/10/2015	LICENCA A GESTANTE	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2015 a 29/01/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
------	---------

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
24/10/2015 a 22/12/2015	PRORROGACAO LICENCA	SEM SUBSTITUTO
07/01/2016 a 25/01/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
ROSELENE APARECIDA TAVEIRA	30/11/2015 a 04/12/2015

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
AGNELO WELINGTON SILVEIRA CASTRO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	26/03/2013
CLAUDIA MARIA PASTOR	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/12/2011
CRISTIANE CIOLIN SETIN PEDRO	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	02/05/2000
DANIELA HERTEL GRASSMANN	REQ	FC-01 EXECUTANTE	23/10/2007
ISABEL MAGALI MORENO BAKHOS	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/09/2014
JOELMA EDIMARA DE ALMEIDA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	05/05/2015
KAREN SACILOTTO PINHEIRO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	15/09/2014
LUCIANA ANTUNES PIMENTA DE OLIVEIRA	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	25/05/2015
LUZIA DANIELLE DOS SANTOS	REQ	FC-01 EXECUTANTE	09/01/2014
RENATA FABIANA PARPINELLI ISHIHARA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/12/2005
ROBERTA ELENA AGOSTINETO TETZLAFF	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	25/09/2014
SANDRA MARIA DE MOURA PIMENTA SILVA CAVALCANTI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	23/07/2012
SANDRA MARIA SEGATO GAZZETA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/06/1997
WALDOMIRO ANTONIO RIZATO JUNIOR	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	07/05/2013
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			17-18



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	52
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	43
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA (31º AO 60º DIA)	3
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	9
PARTICIPAÇÃO EM GREVE	174
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	50
TOTAL	339



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
AMANDA FRONER	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA	16/05/2015
JONAS GOLIN	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA	16/05/2015



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/12/2015]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA PAULA ALVARENGA MARTINS	55
FABIO CAMERA CAPONE	27
FERNANDA FRARE RIBEIRO	30
JOSE ANTONIO DOSUALDO	15
NATALIA SCASSIOTTA NEVES ANTONIASSI	30

SERVIDORES	HORAS
AGNELO WELINGTON SILVEIRA CASTRO	7
CLAUDIA MARIA PASTOR	367
CRISTIANE CIOLIN SETIN PEDRO	37
DANIELA HERTEL GRASSMANN	37
ISABEL MAGALI MORENO BAKHOS	7
JOELMA EDIMARA DE ALMEIDA	7
KAREN SACILOTTO PINHEIRO	37
LUCIANA ANTUNES PIMENTA DE OLIVEIRA	40
LUZIA DANIELLE DOS SANTOS	53
ROBERTA ELENA AGOSTINETO TETZLAFF	52
SANDRA MARIA DE MOURA PIMENTA SILVA CAVALCANTI	7
SANDRA MARIA SEGATO GAZZETA	23
WALDOMIRO ANTONIO RIZATO JUNIOR	37



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência ou enc. da instrução	2.075
	Aguardando prolação de sentença	425
	Aguardando cumprimento de acordo	489
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.608
	Subtotal	5.172
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	527
	Liquidados pendentes de finalização na fase	576
	Subtotal	1.103
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	983
	Encerrados pendentes de finalização na fase	86
	Subtotal	1.069
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório - Liquidação	0
	Saldo de processos no arquivo provisório - Execução	1
TOTAL		7.344



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	359	415	131
Exceções de Incompetência	16	76	15
Antecipações de Tutela	512	615	49
Impugnações à Sentença de Liquidação	53	50	63
Embargos à Execução	89	105	84
Embargos à Arrematação	4	2	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	7	5	12
TOTAIS	1.040	1.268	356



6 - RECURSOS [03/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	932	932	208
Recurso Adesivo	65	61	38
Agravo de petição	63	44	76
Agravo de Instrumento	24	26	6
TOTAIS	1.084	1.063	328



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	Qtde	Dias
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Rito Sumaríssimo	849	205
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução Exceto Rito Sumaríssimo	1.755	308
Total / Média	2.604	275

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Rito Sumaríssimo	779	225
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença Exceto Rito Sumaríssimo	1.457	329
Total / Média	2.236	293

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	370	39
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	986	54
Total / Média	1.356	50

7.2 - Fase de liquidação:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	96	282
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	451	236
Total / Média	547	244

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	Qtde	Dias
Do início ao encerramento da execução - ente privado	721	1.715
Do início ao encerramento da execução - ente público	47	1.376
Total / Média	768	1.694

*Do início até a extinção da execução

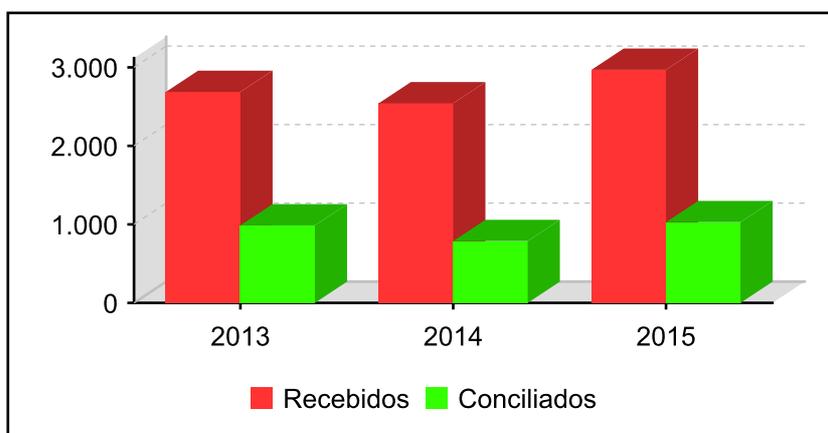


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

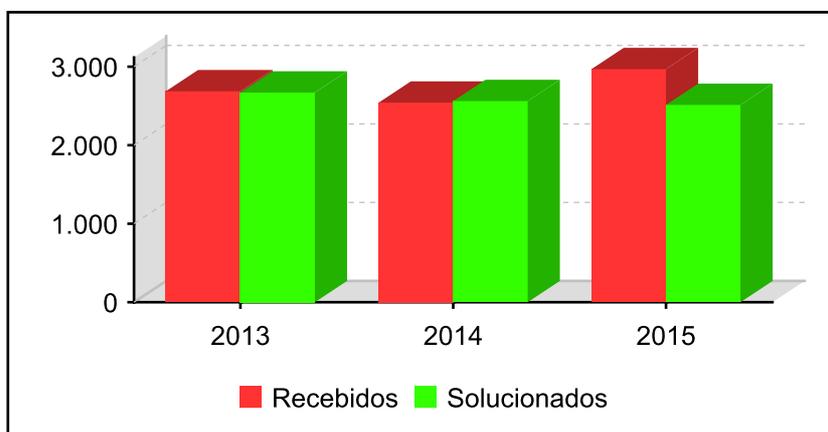
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2015]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2013	2.687	987	36,73
2014	2.542	787	30,96
2015	2.969	1.028	34,62



8.2 - Índice de soluções [até 12/2015]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2013	2.687	2.671	99,40
2014	2.542	2.562	100,79
2015	2.969	2.513	84,64



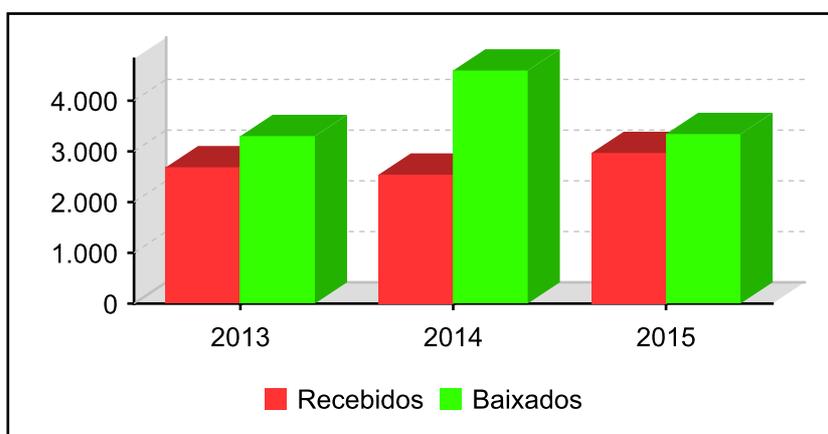


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

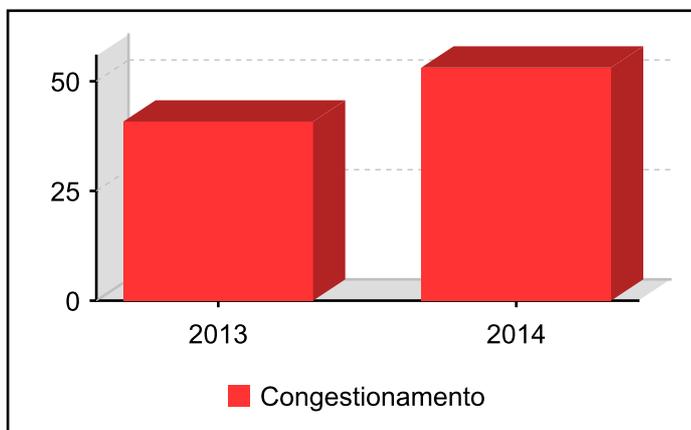
8.3 - Índice de baixas [até 12/2015]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2013	2.687	3.302	122,89
2014	2.542	4.595	180,76
2015	2.969	3.342	112,56



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2013	1.826	2.687	2.671	40,82
2014	2.924	2.542	2.562	53,13

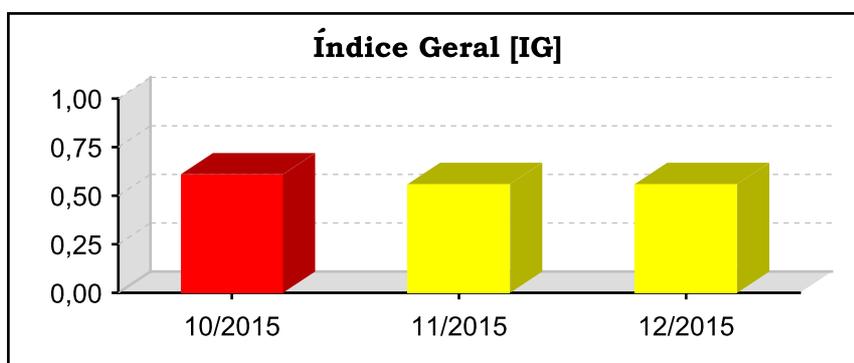
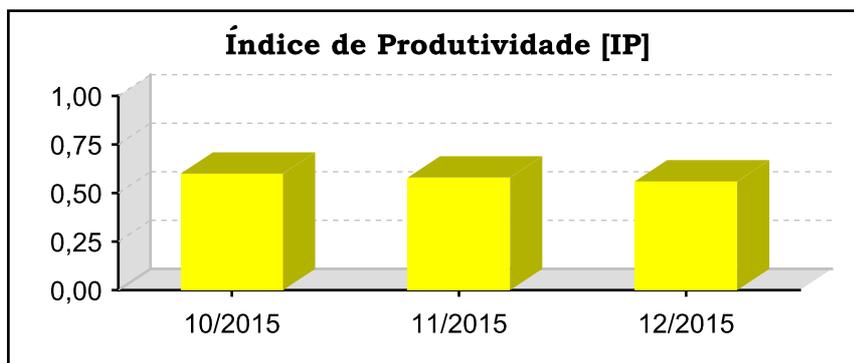
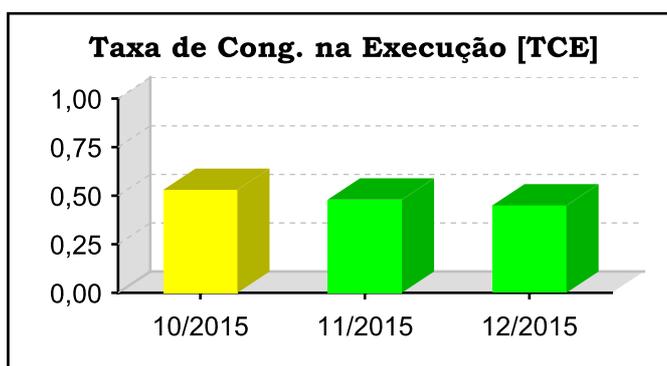
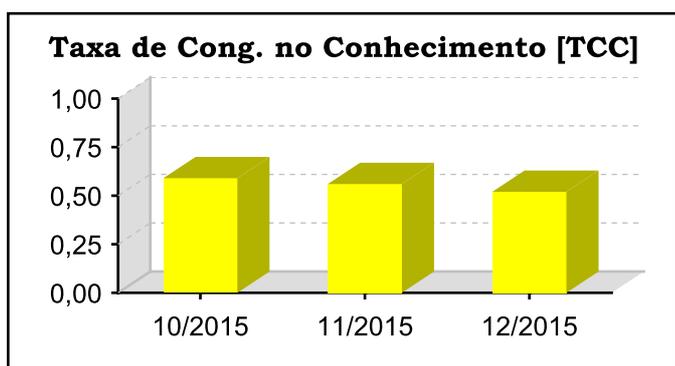




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-Correição MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
10/2015	0,59	0,53	0,60	0,61
11/2015	0,56	0,48	0,58	0,56
12/2015	0,52	0,45	0,56	0,56





10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.028	85,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.185	98,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.213	184,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	300	25,0
Incidentes Processuais Resolvidos	1.475	122,9
Audiências	3.161	263,4

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	15.230	79,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	18.578	96,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	33.808	176,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	5.396	28,1
Incidentes Processuais Resolvidos	13.323	69,4
Audiências	55.660	289,9

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	114.278	62,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	121.351	66,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	235.629	128,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	43.519	23,7
Incidentes Processuais Resolvidos	86.658	47,2
Audiências	410.761	223,7

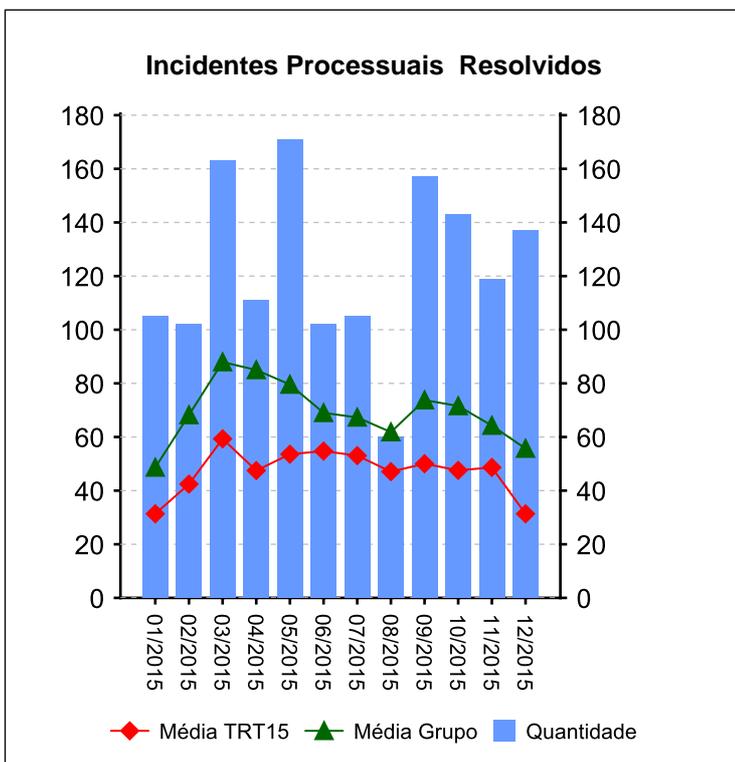
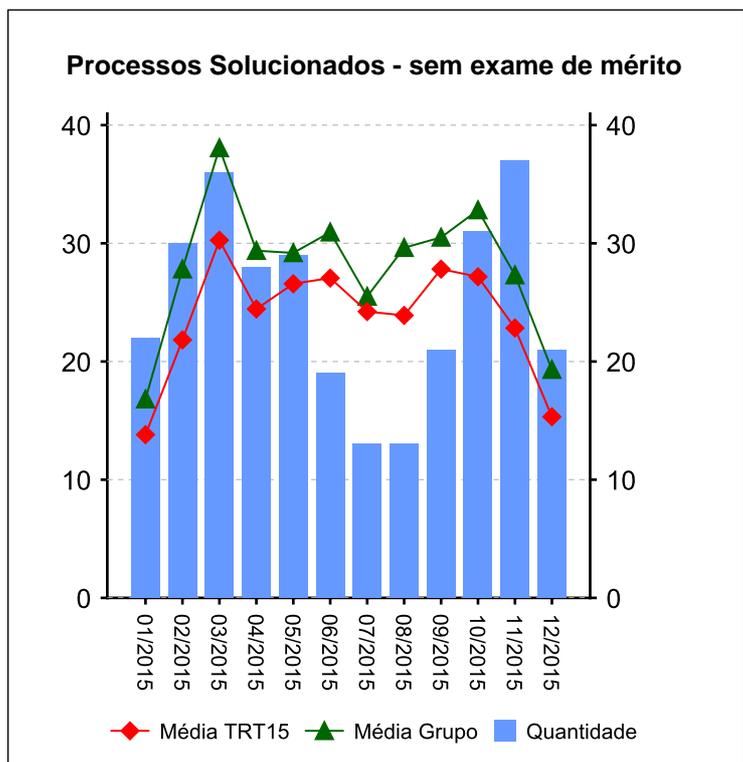
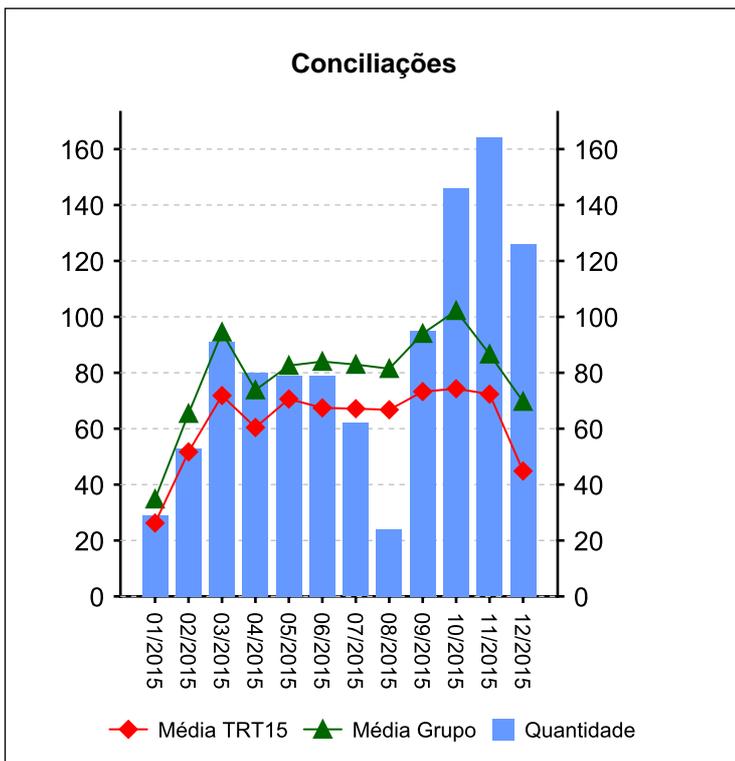
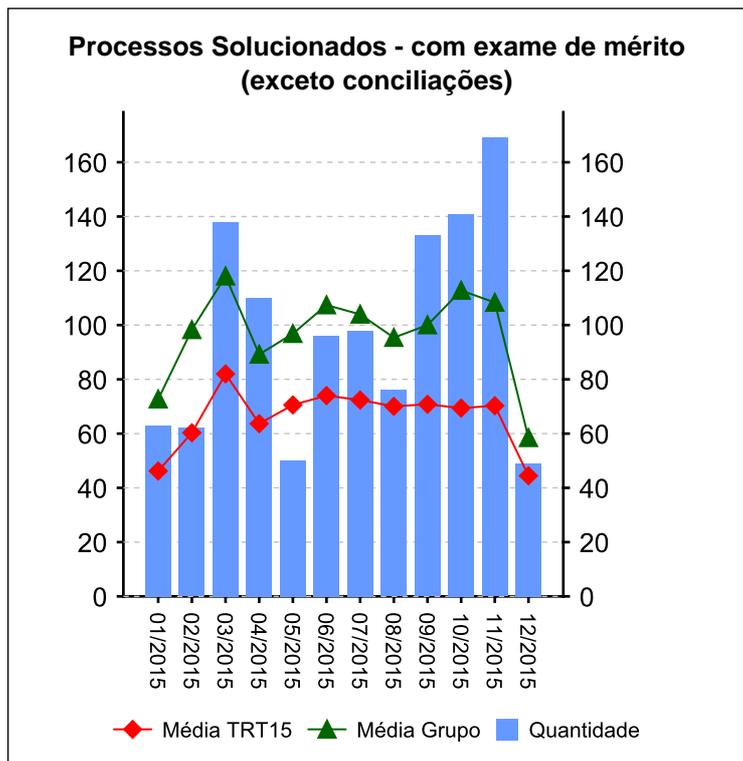
Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	Julgamento	UNA	Total
01/2015	2	8	65	34	4	21	134
02/2015	39	1	61	76	0	121	298
03/2015	2	12	0	99	7	235	355
04/2015	0	7	1	92	4	168	272
05/2015	1	5	0	103	1	204	314
06/2015	1	1	0	83	0	162	247
07/2015	1	9	2	74	0	135	221
08/2015	5	3	0	23	0	69	100
09/2015	1	6	0	50	0	202	259
10/2015	1	13	0	60	1	277	352
11/2015	8	5	20	57	0	257	347
12/2015	16	9	36	42	0	159	262
Total	77	79	185	793	17	2010	3161

Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2015	56
02/2015	60
03/2015	76
04/2015	77
05/2015	56
06/2015	60
07/2015	67
08/2015	68
09/2015	64
10/2015	68
11/2015	59
12/2015	51

10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo

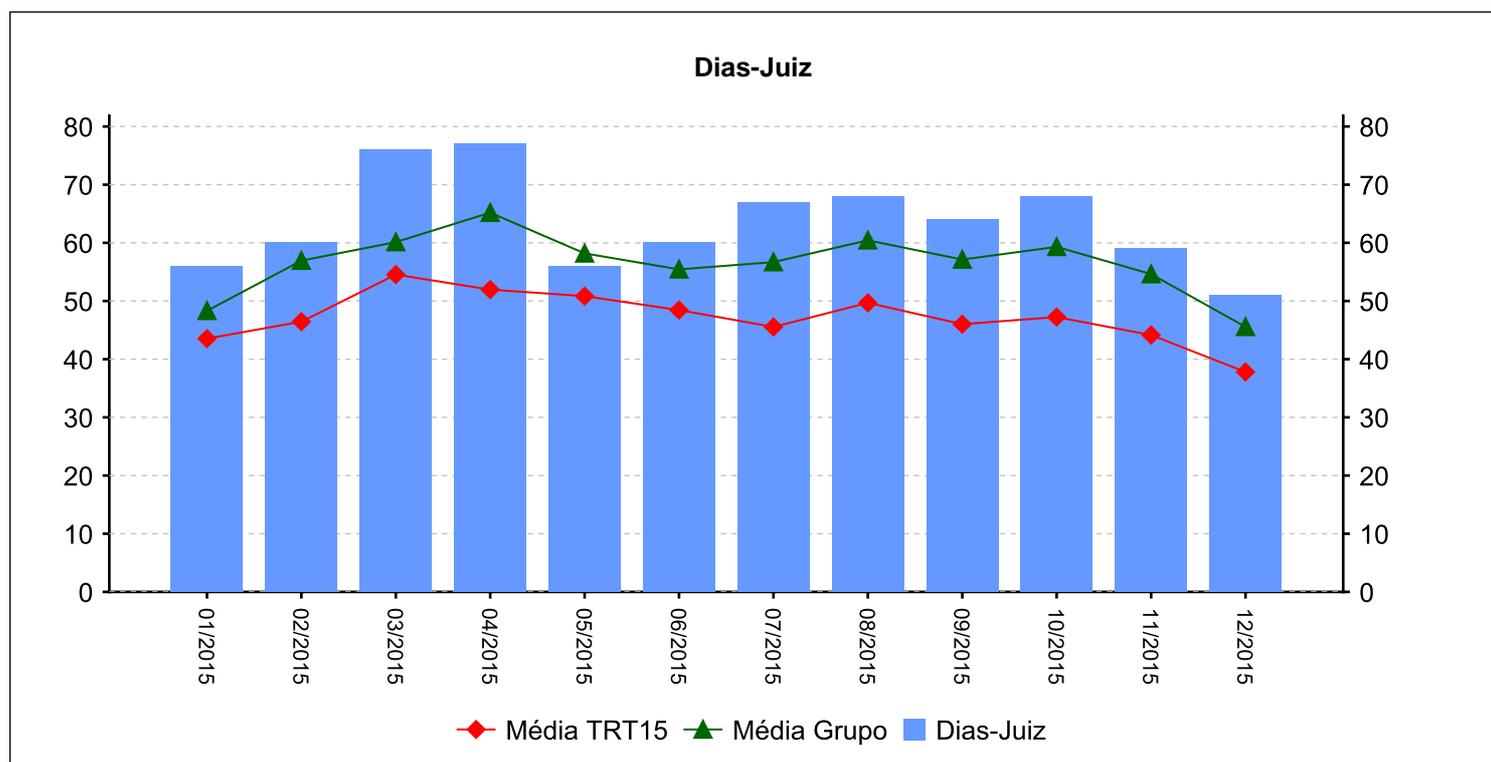
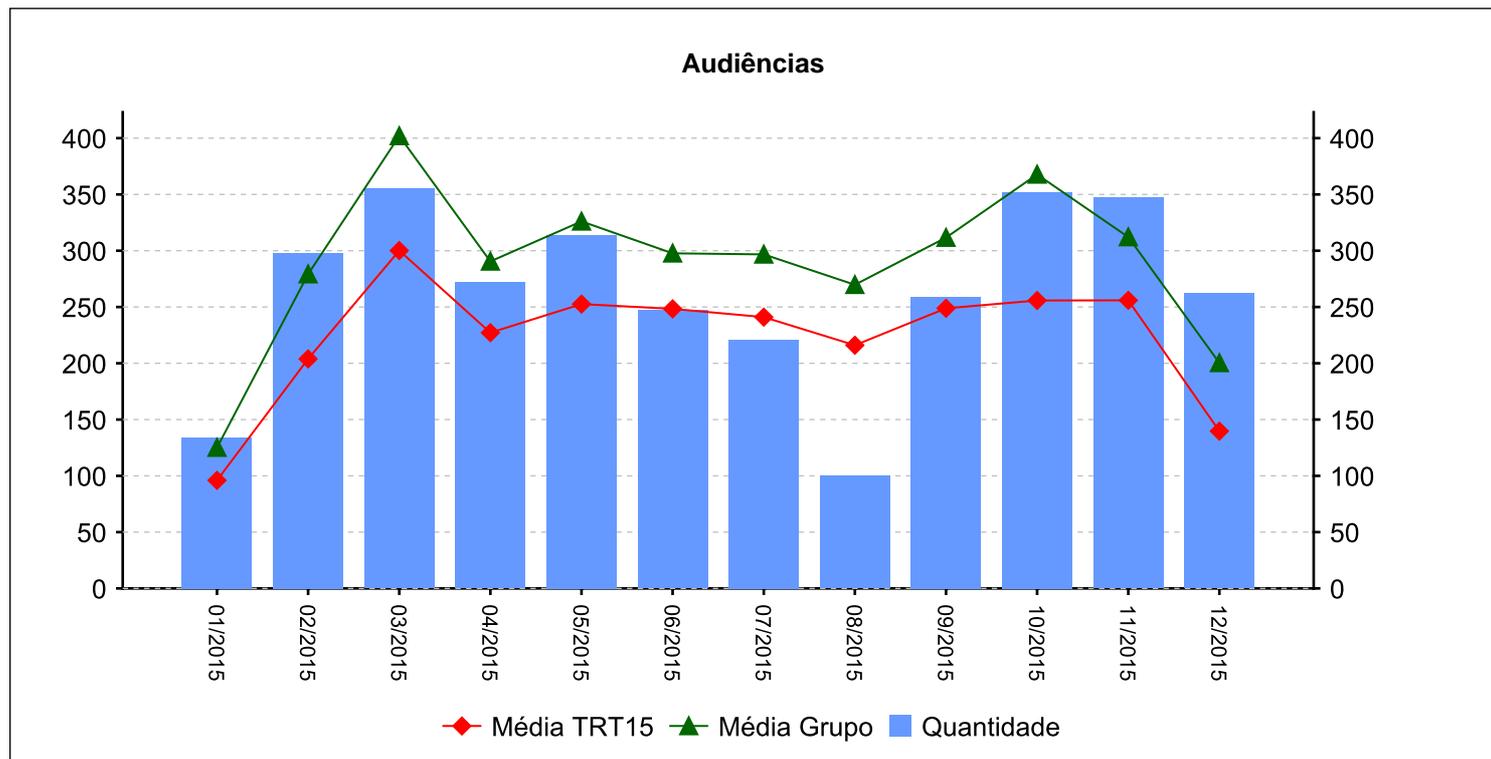




10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo





11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2969	2513	456	247	209	85 % 

Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

Processos distribuídos até 31/12/2013	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2686	2417	2822	0	209	78	37 % 	100 % 

Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
594	1175	0	50	98	100 % 



11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Processos pendentes em 31/12/2012	Processos solucionados a partir de 01/01/2013	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
23	21	2	0	100 % 

Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2015	Meta	Grau de Cumprimento
298	293	295	100,0 % 



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [03/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 31.276,91	R\$ 97.166,65	R\$ 0,00	R\$ 758.192,71



13 - EM CONSULTA AO PJ-e REALIZADA EM 1º/2/2016, ÀS 13h35, FOI VERIFICADO QUE HÁ AUDIÊNCIAS AGENDADAS ATÉ:

TIPO	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
INICIAL	-	-
UNA	7/6/2016 - 10h20	50
INSTRUÇÃO	16/8/2016 - 10h20	-
JULGAMENTO	-	-

14 - ACERVO DA UNIDADE SEM TRAMITAÇÃO

	PJe*		SAP**
Data de corte:	30/11/2015	Data de Corte:	30/11/2015
Saldo:	599	Saldo:	476

***Consulta realizada no dia 1º/02/2016, entre 13h e 13h30.**

****Consulta realizada no dia 1º/02/2016, às 14h00.**

15 - INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE AÇÃO:

Anteriormente à correição, foi realizada reunião virtual com um dos membros do trio gerencial da Unidade para esclarecer e orientar as Unidades Judiciárias sobre a elaboração do plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA.

Registra-se elogio à Unidade, pela elaboração de Plano de Ação para melhoria da prestação jurisdicional. O plano poderá ser adaptado conforme *template* utilizado pela Corregedoria, com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, disponibilizado na Extranet, menu "Jurídico – Orientação da Corregedoria – *Templates* – plano de ação".



16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 18 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, verificou-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos;

16.2 – faz uso das ferramentas eletrônicas e demais convênios, eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta ATA;

16.3 – **Não** procede, quando cabível, a liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação;

16.4 – **Não** determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada;

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados, audiências e principais prazos), há registros nos itens 1, 2, 7 e 10.

17 – PRODUTIVIDADE DA VARA

17.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

Observando o MGD, com dados apurados até 31/12/2015, a Unidade apresenta índice de 0,63 nos processos pendentes de solução. Conforme disposto na Portaria CR 17/2014, art. 4º, o saldo de processos pendentes de solução é a soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável comparável, cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere: comparada à Unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Americana apresenta 63% do maior saldo de processos pendentes.



Conforme Item 10 da presente Ata, a Unidade se manteve acima da média do grupo para a quantidade de "Dias-Juiz" nos últimos meses, o que resultou em quantidade de processos solucionados também acima da média de referido grupo (acima de 2501 processos), assim como da média do Tribunal.

17.2 – AUDIÊNCIAS

Observando o gráfico do Item 10, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/12/2015, tem alta produtividade de audiências (média mensal de 265,8) se comparada com a média do TRT (223,7 ao mês).

18 – HASTAS PÚBLICAS – EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade não enviou bens ou processos às hastas unificadas no ano de 2015.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, para melhor gestão da Unidade orientar-se que o gestor não pertença exclusivamente a uma dessas equipes, tendo em vista sua função de gestão, supervisão e coordenação de todas equipes e serviços;

19.2 – recomenda-se que o Juiz verifique a viabilidade de atendimento à Recomendação GP-SS nº 01/2014 (pausas em trabalho com movimentos repetitivos e esforço visual);

19.3 – recomenda-se que a Vara promova, quando cabível, a liberação do depósito recursal por ocasião da sentença de liquidação, com fulcro na alínea "d" do inciso V do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

19.4 – recomenda-se que Unidade proceda à citação dos sócios quando da



desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, com fulcro na alínea "g" do inciso V do art. 18 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – envidar esforços para julgar quantidade maior de processos que os distribuídos em 2015, como estabelecido na Meta 1 do CNJ, especialmente por não foi alcançada, conforme Item 11, se existentes condições mínimas de lotação;

20.2 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva Unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;

20.3 – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal Diretor e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

20.4 – na qualidade de Corregedor Permanente da Vara do Trabalho, o MM. Juiz deverá acompanhar o movimento diário dos serviços da Unidade Judiciária por meio de relatórios extraídos do e-Gestão, com vistas à efetividade da prestação jurisdicional com otimização das rotinas de trabalhos;

20.5 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.6 – aferir o acervo sem tramitação há mais de 30 (trinta) dias, considerando todas as caixas do PJe;

20.7 – tramitar os processos com efetividade no prazo de 30 (trinta) dias, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão, assim como os assistentes de juiz após disponibilização de decisões – inclusive de tutela antecipada – e sentenças, dará imediato cumprimento às determinações, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive as anotações e os atos de comunicação que se fizerem



necessários;

20.8 – apresentar aos orientadores das equipes, no prazo de 5 (cinco) dias, a “WikiPje”, discutindo sua aplicação. O acesso será por meio da plataforma Moodle (<https://ead-gp.trt15.jus.br/moodle/>), selecionando a categoria de cursos “Corregedoria”;

20.9 – tomar conhecimento e aplicar imediatamente os normativos: Comunicado CR nº 14/2014 (JURISCALC); Provimento GP-CR nº 07/2015 e Resolução Administrativa nº 06/2015 (Competência das Coordenadorias de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna); Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, com alterações pelas Portarias GP-VPJ-CR nº 01/2015, 02/2015 (Rotinas no PJe1G); Provimento GP-CR nº 07/2014 (CEAT); Portaria CR nº 05/2013 (Ocorrências no SAP1G e roteiros de ação); Comunicado GP-CR nº 06/2014 (Execução contra massa falida);

20.10 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP 1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, no que pertine à padronização das subcaixas no PJe;

20.11 – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento GP-CR nº 03/2014 (alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **a) o item IV da Ordem de Serviço nº 01/2015** (no que se refere ao **Simba**), que estabelece: “IV - A atuação do GIE - Grupo Interno de Execução das Varas (art. 2º, IX, Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012) deve ser planejada em estrita consonância com o trabalho dos Oficiais de Justiça, cabendo a estes a realização da pesquisa básica de bens dos devedores indicados no Mandado, utilizando as ferramentas eletrônicas Infojud, Renajud, Arisp, Bacenjud etc. Os GIEs são responsáveis, especialmente, pela pesquisa prévia de dados de devedores no sistema EXE15, análise atenta das certidões dos oficiais de justiça, elaboração de minutas que visem declarar nulidades de transferências patrimoniais e inclusão de devedores no polo passivo da execução, identificados por meio das pesquisas com o CCS e o Simba”; **b) item V da Ordem de Serviço nº 01/2015 (CENIB)**, que estabelece: “V - A inclusão dos devedores na Central de Indisponibilidade – CENIB, e a gestão das informações serão realizadas feita pela Secretaria, após a constatação pelo Grupo Interno de Execução de que a certidão do Oficial de Justiça aponta o devedor como insolvente”; **c) item VI da Ordem de Serviço nº 01/2015 (SERASA)**, que dispõe: “VI



- A utilização do convênio com a empresa SERASA, quando em operação, será feita pelo Grupo Interno da Execução, no mesmo momento da inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas”;

20.13 – proceder a regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

20.14 – cumprir integralmente o Item XVI da Ordem de Serviço nº 01/2015, que dispõe: “XVI – O mandado expedido para livre penhora e avaliação de bens em jurisdição diversa daquela de atuação do juízo da execução deverá ser instruído com certidão circunstanciada que relate as diligências realizadas no juízo de origem, inclusive com a utilização das ferramentas oferecidas para pesquisa patrimonial básica. Esta certidão deverá estar inserida no sistema EXE15, vinculada ao documento do executado. O mandado oriundo de outra jurisdição sem informações da prévia pesquisa patrimonial no juízo de origem será devolvido independentemente de cumprimento. Apresentando-se regular e após cumprido, os atos expropriatórios prosseguirão no juízo da execução”;

20.15 – no prazo de 5 (cinco) dias, o gestor deverá encaminhar à Corregedoria Regional, através do e-mail correicao@trt15.jus.br, justificativa referente à ausência de envio de bens ou processos para hasta unificada mediante sistema EXE15, conforme art.2º, do Provimento GP-CR 03/2014.

21 – VISISTAS E ATENDIMENTOS:

O Exmo. Desembargador Corregedor Regional recebeu os Ilustríssimos Senhores Eder Almeida de Souza e Rafael de Castro Garcia, respectivamente, Presidente da Comissão de Direito do Trabalho e Vice-Presidente da 48ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Americana, que solicitaram o empenho de esforços para criação e instalação da Terceira Vara do Trabalho de Americana, entregando o Ofício nº093/2016 nesse sentido, sob a justificativa de acentuada demanda processual nas Varas do Trabalho de Americana.



22 - CONSTATAÇÕES:

Foram realizadas reuniões com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução e com a Diretora da Unidade, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); gestão da Unidade a partir de processos e não petições; elaboração de plano de ação, observando o método 5W2H e o ciclo PDCA; gestão compartilhada da Unidade com colaboração dos orientadores de equipes; pauta inteligente; pré-análise da regularidade dos processos em pauta para evitar a redesignação de audiências; triagem das petições iniciais; procedimento concentrado das perícias – delegar ao perito a gestão das manifestações sobre o laudo; lançamento da ocorrência PAN e encaminhamento do processo para prolação de sentença; audiência de mediação; JURISCALC; homologação otimizada dos cálculos; gestão customizada dos processos em liquidação, considerando as características das empresas executadas; migração de processos físicos para PJe; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; detalhamento dos procedimentos a serem utilizados pelo GIE e esclarecimentos sobre o MGD. Os relatórios gerados serão arquivados pela Secretaria da Corregedoria Regional.

Nessa oportunidade, foi constatado que os honorários periciais prévios depositados pela parte são liberados ao perito mediante expedição de guia pela Secretaria da Unidade. Recomenda-se a adoção da “Otimização para a fase de conhecimento”, prática exposta pela 3ª Vara de Campinas na 4ª Mostra de Boas Práticas, para otimização da mão de obra ao dispensar a necessidade de expedição de guia de retirada, vez que o depósito é realizado diretamente na conta do perito.

Constatou-se também que a Vara utiliza banco de dados próprio para gestão de endereços atualizados para intimações das reclamadas, o qual é consultado nos casos de notificações devolvidas. Sugere-se o compartilhamento dessa informação com a 2ª Vara do Trabalho daquele Fórum por meio da manutenção de arquivo único.

Foi relatado que, a partir deste ano, identificados processos cujo valor da causa não ultrapasse R\$15.000,00 (quinze mil reais), e de acordo com outros critérios de triagem, a Unidade pretende incluir em pauta de mediação ou conciliação com objetivo de reduzir o prazo médio da fase de conhecimento. Em razão disso, consigna-se elogios pela prática referida.



Constatou-se que, ao ser concedido o pagamento parcelado previsto no art. 475-A do CPC, o Juiz determina o depósito diretamente na conta bancária do beneficiado, o que gera celeridade na prestação jurisdicional, motivo por que se consigna novos elogios.

Ainda nas reuniões com os servidores das equipes, foi possível observar efetiva integração entre aqueles lotados nas diferentes Unidades do Fórum, o que decorre da aproximação dos Juízes e Diretores gestores, e que evidentemente repercute nos índices positivos obtidos e aferidos pelo Mapeamento Global de Desempenho.

23 – REIVINDICAÇÕES DA VARA:

Pela 1ª Vara do Trabalho de Americana foram feitas as seguintes reivindicações quanto às suas instalações físicas: maior número de vagas no estacionamento e locação de uma sala neste edifício para guarda de volumes. Oficie-se a Presidência para análise da conveniência e oportunidade.

A Diretora de Secretaria relatou que não foi oportunizada a reposição de estagiário que solicitou dispensa antecipada no início deste ano. Em razão dos cortes orçamentários, talvez seja inviável a reposição do estagiário, todavia, oficie-se a Presidência sugerindo-se apreciação da possibilidade de redistribuição da estagiária Mariana Medeiros Nunes, atualmente na CIA, pois a oportunidade de aprendizado na Vara seria mais efetiva na formação desses estudantes, salvo melhor juízo.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – a MM. Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 0000424-06.2015.5.15.0897).

24.2 – a MM. Juíza Substituta Auxiliar está autorizada a residir fora da sede da circunscrição da Unidade (processo nº 0000216-27.2012.5.15.0897).

24.3 – Foi informado pela Diretora de Secretaria que:

24.3.1 – o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;



24.3.2 – os livros de ponto de servidores, de carga de advogados e peritos, de carga para Juízes, de carga para extração de cópias, de posse e exercício de servidores estão de acordo com as normas deste Regional.

24 – ENCERRAMENTO:

No dia 16 de fevereiro de 2016, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Vladimir Nei Suato, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional e publicada na Imprensa Oficial.

GERSON LACERDA PISTORI
Desembargador Corregedor Regional